

# Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Demonstrações financeiras referentes aos  
exercícios findos em 31 de Dezembro de  
2023 e 2022

# Conteúdo

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Relatório da administração</b>   | <b>3</b>  |
| <b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b> | <b>6</b>  |
| <b>Balancos patrimoniais</b>  | <b>9</b>  |
| <b>Demonstrações dos resultados</b>   | <b>10</b> |
| <b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>                                 | <b>11</b> |
| <b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>                         | <b>12</b> |
| <b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>                      | <b>13</b> |
| <b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>                          | <b>14</b> |

## Relatório da Administração

### 1. Sobre a Companhia

#### 1.1. Aos Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Aeroporto de Pampulha (“Concessionária” ou “Companhia”, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

#### 1.2. Destaques de 2023

Em fevereiro de 2023, se iniciou a Fase I-B do Contrato de Concessão, período em que a Concessionária realizará todas as melhorias previstas pelo Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, tais como reformas no terminal de embarque e desembarque, melhorias no sistema de pistas e taxiways, entre outros, até fevereiro de 2026. A realização das obras de adequação representa um marco para a eficiência e segurança operacional, além de promover a exploração comercial do sítio aeroportuário.

No que tange os desenvolvimentos comerciais ocorridos ao longo do último ano, destacam-se a assinatura de dois novos contratos de hangares e a entrada de um novo serviço de mobilidade.

### 2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

#### 2.1. Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A governança corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir, continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta por dois diretores, sendo um diretor presidente e um diretor sem designação específica. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições.

#### 2.2. Gestão de Pessoas

Em dezembro de 2023, no aeroporto Pampulha há 32 colaboradores efetivos e o ativo conta com cultura matricial e com uma administração na sede da divisão aeroportos.

Além disso, a Companhia prima pela segurança de seus colaboradores e no ano de 2023 continuou a implementação de diversas ações preventivas e inovadoras para garantir uma trajetória com meta de zero acidentes no decorrer de sua atividade.

Além disso, a empresa implementou a evolução de sua cultura, tendo como propósito melhorar a vida das pessoas através da mobilidade, a visão de liderar o setor de mobilidade, com foco na criação de valor sustentável, e a cultura dos três Is (Integridade, Integração e Impacto).

## 2.3. Partes Relacionadas

De acordo com o Contrato de Concessão, entende-se por parte relacionada referente à Concessionária, qualquer pessoa controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura e transparência nos procedimentos, a utilização de parâmetros de mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais. O contrato de concessão estabeleceu a necessidade de publicação e implementação de uma política de transações entre partes relacionadas pela concessionária, a qual determina procedimentos específicos que deverão ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no contrato de concessão a respeito deste tema.

## 3. Desempenho Econômico e Financeiro

### 3.1. Desempenho

#### 3.1.1. Custos e Despesas

Os custos e despesas apresentam um aumento em relação ao ano de 2022 devido ao fato de ser o primeiro ano de operação nos 12 meses, porém no contínuo compromisso da Companhia com a eficiência operacional, destaca-se importante economia em custos recorrentes a partir da negociação de novos contratos de diversos serviços operacionais, tais como limpeza, segurança e bombeiros.

#### 3.1.2. Dívida

Em agosto de 2023 foi realizada a emissão de Notas Comerciais no valor de R\$ 30 milhões com remuneração de CDI + 1,60% a.a. Essa captação teve como destinação garantir o fluxo de caixa operacional da companhia além da realização de investimentos.

## 4. Considerações Finais

### 4.1. Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

## 5. Declaração da Diretoria

A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

### 5.1. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, a Agência Nacional da Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizagem e crescimento.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 Conjunto Térreo ao 801 - Parte, Chácara Santo Antônio,  
CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas e Diretores da Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

*Belo Horizonte – MG*

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli  
Contador CRC 1SP201409/O-1



# Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022

(Em milhares de Reais)

| <b>Ativo</b>  | <b>Nota</b> | <b>2023</b>    | <b>2022</b>   |
|---|-------------|----------------|---------------|
| <b>Circulante</b>                                   |             | <b>48.173</b>  | <b>20.048</b> |
| Caixa e equivalentes de caixa                       | 6           | 30.991         | 12.691        |
| Aplicações financeiras                              | 6           | 10.436         | 2.663         |
| Contas a receber das operações                      | 7.1         | 4.901          | 3.969         |
| Contas a receber de partes relacionadas             | 9           | 173            | 4             |
| Tributos a recuperar                                |             | 890            | 91            |
| Despesas antecipadas e outros créditos              |             | 782            | 630           |
| <b>Não circulante</b>                               |             | <b>75.386</b>  | <b>50.746</b> |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                     |             |                |               |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos    | 8.2         | 743            | 507           |
| Tributos a recuperar                                |             | 4              | -             |
| <b>Imobilizado</b>                                  | 10          | 427            | 220           |
| <b>Intangível</b>                                   | 11          | 44.360         | 46.382        |
| <b>Infraestrutura em construção</b>                 | 11          | 29.852         | 3.637         |
| <b>Total do Ativo</b>                               |             | <b>123.559</b> | <b>70.794</b> |
| <b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>                 | <b>Nota</b> | <b>2023</b>    | <b>2022</b>   |
| <b>Circulante</b>                                   |             | <b>34.963</b>  | <b>4.069</b>  |
| Empréstimos   | 15          | 13.213         | -             |
| Nota comercial                                      | 16          | 1.310          | -             |
| Fornecedores  | 12          | 14.512         | 1.126         |
| Imposto de renda e contribuição social              | 14          | -              | 368           |
| Impostos e contribuições a recolher                 | 14          | 1.643          | 514           |
| Obrigações sociais e trabalhistas                   | 13          | 930            | 755           |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | 9           | 558            | 667           |
| Dividendos e juros sobre capital próprio            |             | 2.370          | 509           |
| Obrigações com o Poder Concedente                   |             | 374            | 115           |
| Outras obrigações                                   |             | 53             | 15            |
| <b>Não circulante</b>                               |             | <b>29.985</b>  | <b>11.441</b> |
| Empréstimos   | 15          | -              | 11.357        |
| Nota comercial                                      | 16          | 29.904         | -             |
| Fornecedores  |             | 5              | -             |
| Outras obrigações                                   |             | 76             | 84            |
| <b>Patrimônio líquido</b>                           | 18          | <b>58.611</b>  | <b>55.284</b> |
| Capital social                                      |             | 53.648         | 53.648        |
| Reservas de lucros                                  |             | 4.963          | 1.636         |
| <b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>        |             | <b>123.559</b> | <b>70.794</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

|   | Nota | 2023            | 2022            |
|---|------|-----------------|-----------------|
| <b>Receitas operacionais líquidas</b>                                       | 19   | <b>51.537</b>   | <b>21.144</b>   |
| <b>Custo dos serviços prestados</b>   |      | <b>(40.121)</b> | <b>(14.266)</b> |
| Custo de construção   |      | (24.955)        | (4.577)         |
| Serviços  |      | (6.359)         | (3.577)         |
| Custo da outorga  |      | (374)           | (115)           |
| Amortização   | 11   | (1.221)         | (779)           |
| Custo com pessoal   |      | (4.169)         | (3.239)         |
| Materiais, equipamentos e veículos  |      | (1.303)         | (523)           |
| Seguros   |      | (1.110)         | (1.152)         |
| Outros  |      | (630)           | (304)           |
| <b>Lucro bruto</b>  |      | <b>11.416</b>   | <b>6.878</b>    |
| <b>Despesas operacionais</b>  |      | <b>(4.017)</b>  | <b>(2.856)</b>  |
| <b>Despesas gerais e administrativas</b>                                    |      |                 |                 |
| Despesas com pessoal  |      | (1.918)         | (1.259)         |
| Serviços  |      | (1.040)         | (584)           |
| Materiais, equipamentos e veículos  |      | (32)            | (27)            |
| Provisão para perda esperada - contas a receber                             |      | (433)           | (742)           |
| Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos                    |      | (81)            | (1)             |
| Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros                   |      | (71)            | -               |
| Aluguéis de imóveis e condomínios   |      | (73)            | (36)            |
| Outros despesas operacionais  |      | (369)           | (207)           |
| <b>Resultado antes do resultado financeiro</b>                              |      | <b>7.399</b>    | <b>4.022</b>    |
| Resultado financeiro  | 20   | (251)           | (848)           |
| <b>Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b> |      | <b>7.148</b>    | <b>3.174</b>    |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos              | 8.1  | (1.632)         | (1.029)         |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>   |      | <b>5.516</b>    | <b>2.145</b>    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de Reais)*

|   | 2023         | 2022         |
|---|--------------|--------------|
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                 | <b>5.516</b> | <b>2.145</b> |
| Outros resultados abrangentes                     | -            | -            |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b> | <b>5.516</b> | <b>2.145</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

|   | Nota | Capital Social |                 | Reservas de Lucros |                    | Lucros acumulados | Total         |
|---|------|----------------|-----------------|--------------------|--------------------|-------------------|---------------|
|   |      | Subscrito      | A integralizar  | Legal              | Retenção de lucros |                   |               |
| <b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>                          |      | <b>53.648</b>  | <b>(53.638)</b> | -                  | -                  | -                 | <b>10</b>     |
| Integralização capital social em 28 de janeiro de 2022          |      | -              | 39.823          | -                  | -                  | -                 | 39.823        |
| Integralização capital social em 8 de agosto de 2022            |      | -              | 4.000           | -                  | -                  | -                 | 4.000         |
| Integralização capital social em 1º de dezembro de 2022         |      | -              | 9.815           | -                  | -                  | -                 | 9.815         |
| Lucro líquido do exercício                                      |      | -              | -               | -                  | -                  | 2.145             | 2.145         |
| Destinações:  |      |                |                 |                    |                    |                   |               |
| Dividendo mínimo obrigatório                                    |      | -              | -               | -                  | -                  | (509)             | (509)         |
| Reserva legal   |      | -              | -               | 107                | -                  | (107)             | -             |
| Reserva de retenção de lucros                                   |      | -              | -               | -                  | 1.529              | (1.529)           | -             |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>                         |      | <b>53.648</b>  | -               | <b>107</b>         | <b>1.529</b>       | -                 | <b>55.284</b> |
| Lucro líquido do exercício                                      |      | -              | -               | -                  | -                  | 5.516             | 5.516         |
| Destinações:  |      |                |                 |                    |                    |                   |               |
| Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2023 (líquido) | 18.5 | -              | -               | -                  | -                  | (1.861)           | (1.861)       |
| Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2023 (IRRF)    | 18.5 | -              | -               | -                  | -                  | (328)             | (328)         |
| Reserva legal   | 18.2 | -              | -               | 276                | -                  | (276)             | -             |
| Reserva de retenção de lucros                                   | 18.3 | -              | -               | -                  | 3.051              | (3.051)           | -             |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>                         |      | <b>53.648</b>  | -               | <b>383</b>         | <b>4.580</b>       | -                 | <b>58.611</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>               | <b>Nota</b> | <b>2023</b>     | <b>2022</b>     |
|--|-------------|-----------------|-----------------|
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                |             | <b>5.516</b>    | <b>2.145</b>    |
| <b>Ajustes por:</b>  |             |                 |                 |
| Imposto Renda, Contribuição Social diferidos                     | 8.2         | (236)           | (507)           |
| Amortização  | 11          | 1.221           | 779             |
| Juros sobre empréstimos  | 20          | 3.185           | 1.545           |
| Capitalização de custos dos empréstimos                          | 20          | (102)           | (98)            |
| Provisão para perda esperada - contas a receber das operações    | 7.1         | 433             | 742             |
| Comissão de fianças  | 20          | 238             | 112             |
| Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros               | 20          | (6)             | (49)            |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras                         |             | (1.176)         | (103)           |
| <b>Variações nos ativos e passivos</b>                           |             |                 |                 |
| <b>(Aumento) redução dos ativos</b>                              |             |                 |                 |
| Contas a receber das operações                                   | 7.1         | (1.365)         | (4.711)         |
| Contas a receber de partes relacionadas                          | 9           | (169)           | (4)             |
| Tributos a recuperar   |             | (799)           | (91)            |
| Despesas antecipadas e outros créditos                           |             | (152)           | (630)           |
| <b>Aumento (redução) dos passivos</b>                            |             |                 |                 |
| Fornecedores   | 12          | (1.684)         | 373             |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas              | 9           | (347)           | 4               |
| Impostos e contribuições a recolher                              |             | 2.771           | 1.985           |
| Pagamentos de imposto de renda e contribuição social             |             | (2.338)         | (1.103)         |
| Obrigações com o Poder Concedente                                |             | 259             | 115             |
| Obrigações sociais e trabalhistas                                | 13          | 175             | 755             |
| Outras obrigações  |             | 30              | 99              |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>     |             | <b>5.454</b>    | <b>1.358</b>    |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>           |             |                 |                 |
| Aquisição de ativo imobilizado                                   | 10          | (204)           | (215)           |
| Adições ao ativo intangível                                      | 11          | (10.238)        | (49.352)        |
| Aplicações financeiras liquidas de resgate                       |             | (6.597)         | (2.560)         |
| <b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>        |             | <b>(17.039)</b> | <b>(52.127)</b> |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>            |             |                 |                 |
| Empréstimos:   |             |                 |                 |
| Captações (líquidas de custos de transação)                      | 23.2        | 29.885          | 9.812           |
| Integralização de capital  |             | -               | 53.638          |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b> |             | <b>29.885</b>   | <b>63.450</b>   |
| <b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>                  |             | <b>18.300</b>   | <b>12.681</b>   |
| <b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>  |             |                 |                 |
| No início do exercício   |             | 12.691          | 10              |
| No final do exercício  |             | 30.991          | 12.691          |
|  |             | <b>18.300</b>   | <b>12.681</b>   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## 1. Contexto operacional

A Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A. (“Companhia” ou “Concessionária do Aeroporto da Pampulha”), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na localizada na Praça Bagatelle, n.º 204, bairro São Luiz, CEP 31.270-705, Belo Horizonte/MG.

O Contrato de Concessão do Aeroporto da Pampulha foi assinado em 21 de janeiro de 2022, por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, até 22 de fevereiro de 2052.

A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade – Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte/MG.

Durante o primeiro semestre de 2022 a Concessionária concluiu o processo de assunção das operações junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e cumpriu com todos os requisitos contratuais e regulatórios necessários à assunção das operações do aeródromo. Sendo assim, em 1º de maio de 2022, deu-se início à operação do Aeroporto da Pampulha pela Concessionária.

Em agosto de 2022, a Concessionária submeteu à apreciação do Poder Concedente o Plano de Gestão da Infraestrutura Aeroportuária – PGI contendo o planejamento para o atendimento aos requisitos de infraestrutura no Aeroporto durante todo o período da concessão.

Em dezembro de 2022, a Concessionária concluiu a implementação das ações e intervenções imediatas que objetivam aprimorar os padrões operacionais do Aeroporto da Pampulha, por meio da melhoria das condições de utilização dos banheiros e fraldários, revitalização e atualização das sinalizações de informação, revisão e melhoria do sistema de iluminação das vias de acesso de veículos, revisão dos sistemas de climatização, correção de fissuras e infiltrações e melhoria das condições de infraestrutura em termos de acessibilidade e demais atividades identificadas.

Por fim, em fevereiro de 2023 a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais – SEINFRA/MG, Poder Concedente, aprovou, tempestivamente, o PGI apresentado pela Concessionária e considerou o Estágio 3 da Fase I-A como concluído, tendo início a Fase I-B do Contrato de Concessão, período em que a Concessionária realizará todas as melhorias previstas pelo Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, tais como reformas no terminal de embarque e desembarque, melhorias no sistema de pistas e taxiways entre outros até fevereiro de 2026.

### Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações.

#### 1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas



diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 21 de março de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

### Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.



## Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

- 3.8. **Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 8.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 9.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 14. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 23. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

## 3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

### 3.1. Moeda estrangeira

#### Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.





## 3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos.

As receitas não tarifárias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração dos contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17.

## 3.3. Instrumentos financeiros

### Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### Classificação e mensuração subsequente

#### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.



Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

## Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.



## Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

## Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

### Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

## Desreconhecimento

### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:



- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

## Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

## Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

#### Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

### 3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.



## 3.6. Ativo imobilizado

### Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

## 3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.13.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

## 3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

### Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.



As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

## Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.



Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### 3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### 3.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### 3.11. Benefícios a empregados

#### Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

### 3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.



O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercício fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

### **3.13. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.





Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

A mortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

### 3.14. Adoção inicial de normas novas e alterações

Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, as novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:

- CPC 50 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 ; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).

### 3.15. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:



- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26;
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26; e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40.

## 4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

## 5. Gerenciamento de riscos financeiros

### 5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e



## d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 15, 16 e 20.

### b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos a financiamentos. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 15 e 20.

### c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide notas explicativas n.ºs 15 e 20.

### d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|   | Menos de 1<br>ano | Entre 1 e 2<br>anos |
|---|-------------------|---------------------|
| Empréstimos (a)                                     | 14.170            | -                   |
| Notas comerciais                                    | 3.928             | 33.904              |
| Fornecedores e outras obrigações                    | 14.565            | 81                  |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | 558               | -                   |
| Dividendos  | 2.370             | -                   |
| Obrigações com o Poder Concedente                   | 374               | -                   |

(a) Valores brutos dos custos de transação.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras

| Caixa e equivalentes de caixa | 2023          | 2022          |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Caixa e bancos                | 27            | 11            |
| Aplicações financeiras (a)    | 30.964        | 12.680        |
| <b>Total</b>                  | <b>30.991</b> | <b>12.691</b> |

  

| Aplicações financeiras     | 2023          | 2022         |
|----------------------------|---------------|--------------|
| <b>Circulante</b>          | <b>10.436</b> | <b>2.663</b> |
| Aplicações financeiras (a) | 10.436        | 2.663        |
| <b>Total</b>               | <b>10.436</b> | <b>2.663</b> |

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,40% do CDI, equivalente a 13,29% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (99,84% do CDI, equivalente a 12,41% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

## 7. Contas a receber

### 7.1. Contas a receber líquidas

|                                    | 2023         | 2022         |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| <b>Circulante</b>                  | <b>4.901</b> | <b>3.969</b> |
| Contas a receber das operações (a) | 6.076        | 4.711        |
| Provisão para perda esperada (b)   | (1.175)      | (742)        |
| <b>Total</b>                       | <b>4.901</b> | <b>3.969</b> |



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7.2. Aging do contas a receber

| <b>Idade de vencimentos dos títulos</b> | <b>2023</b>  | <b>2022</b>  |
|---|--------------|--------------|
| Créditos a vencer                       | 4.232        | 3.668        |
| Créditos vencidos até 60 dias           | 539          | 452          |
| Créditos vencidos de 61 a 90 dias       | 130          | 163          |
| Créditos vencidos de 91 a 180 dias      | 793          | 399          |
| Créditos vencidos há mais de 181 dias   | 382          | 29           |
| <b>Total</b>                            | <b>6.076</b> | <b>4.711</b> |

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de aeronaves e passageiros, créditos a receber decorrentes de receitas não tarifárias tais como estacionamento, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e
- (b) Reflete a perda esperada das operações, referente aos créditos a receber citado no item (a).

## 8. Imposto de renda e contribuição social

### 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

| <b>Conciliação do imposto de renda e contribuição social</b>              | <b>2023</b>    | <b>2022</b>    |
|---|----------------|----------------|
| <b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>              | <b>7.148</b>   | <b>3.174</b>   |
| <b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)</b>    | <b>(2.430)</b> | <b>(1.079)</b> |
| <b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>              |                |                |
| Despesas indedutíveis   | (4)            | (2)            |
| Remuneração variável de dirigentes estatutários                           | (7)            | -              |
| Juros sobre capital próprio   | 744            | -              |
| Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda | 41             | 28             |
| Outros ajustes tributários  | 24             | 24             |
| <b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>                  | <b>(1.632)</b> | <b>(1.029)</b> |
| Impostos correntes  | (1.868)        | (1.536)        |
| Imposto diferido  | 236            | 507            |
| <b>Alíquota efetiva de impostos</b>                                       | <b>-22,83%</b> | <b>-32,42%</b> |

### 8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Imposto de renda e a contribuição social diferidos | 2023         | 2022        |
|--|--------------|-------------|
| <b>Ativo</b>                                       | <b>860</b>   | <b>582</b>  |
| Provisão para participação nos resultados (PLR)    | 265          | 100         |
| Provisão para perda esperada - contas a receber    | 399          | 252         |
| Provisão para fornecedores                         | 9            | -           |
| Pré Operacionalidade (a)                           | 177          | 230         |
| Programa de gratificação longo prazo               | 10           | -           |
| <b>Compensação de imposto ativo</b>                | <b>(117)</b> | <b>(75)</b> |
| <b>Impostos ativos após compensação</b>            | <b>743</b>   | <b>507</b>  |
| <b>Passivo</b>                                     | <b>(117)</b> | <b>(75)</b> |
| Capitalização de juros                             | (68)         | (34)        |
| Custo de transação de empréstimos                  | (49)         | (41)        |
| <b>Compensação de imposto passivo</b>              | <b>117</b>   | <b>75</b>   |
| <b>Impostos passivos após compensação</b>          | <b>-</b>     | <b>-</b>    |
| <b>Imposto diferido líquido</b>                    | <b>743</b>   | <b>507</b>  |
| <b>Movimentação do imposto diferido</b>            | <b>2023</b>  | <b>2022</b> |
| <b>Saldos em 1º de janeiro</b>                     | <b>507</b>   | <b>-</b>    |
| Reconhecimento no resultado                        | 236          | 507         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro</b>                    | <b>743</b>   | <b>507</b>  |

(a) Conforme IN 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas pré operacionais irão realizar-se no momento que a Companhia entrar em operação, sendo realizado de forma linear em 60 parcelas.

## 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

| Saldos                                   | 2023                |                       |                            |               | 2022                |                       |                            |               |
|--|---------------------|-----------------------|----------------------------|---------------|---------------------|-----------------------|----------------------------|---------------|
|  | Controladora direta | Controladora indireta | Outras partes relacionadas | Total         | Controladora direta | Controladora indireta | Outras partes relacionadas | Total         |
| <b>Ativo</b>                             | -                   | -                     | <b>8.644</b>               | <b>8.644</b>  | -                   | -                     | <b>122</b>                 | <b>122</b>    |
| Aplicações financeiras                   | -                   | -                     | 8.448                      | 8.448         | -                   | -                     | 110                        | 110           |
| Bancos conta movimento                   | -                   | -                     | 23                         | 23            | -                   | -                     | 8                          | 8             |
| Contas a receber                         | -                   | -                     | 173                        | 173           | -                   | -                     | 4                          | 4             |
| <b>Passivo</b>                           | <b>2.375</b>        | <b>509</b>            | <b>13.302</b>              | <b>16.186</b> | <b>117</b>          | <b>1.060</b>          | <b>11.406</b>              | <b>12.583</b> |
| Fornecedores e contas a pagar            | 5                   | 509                   | 44                         | 558           | 117                 | 501                   | 49                         | 667           |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 2.370               | -                     | -                          | 2.370         | -                   | 559                   | -                          | 559           |
| Empréstimos                              | -                   | -                     | -                          | -             | -                   | -                     | 11.357                     | 11.357        |
| Capital de giro                          | -                   | -                     | 13.258                     | 13.258        | -                   | -                     | -                          | -             |



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Transações  | 2023                |                       |                            |         | 2022                |                       |                            |       |
|---|---------------------|-----------------------|----------------------------|---------|---------------------|-----------------------|----------------------------|-------|
|   | Controladora direta | Controladora indireta | Outras partes relacionadas | Total   | Controladora direta | Controladora indireta | Outras partes relacionadas | Total |
| Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores | -                   | -                     | (7)                        | (7)     | 1                   | -                     | 6                          | 7     |
| Custos / despesas - serviços especializados e consultorias            | -                   | (203)                 | 26                         | (177)   | -                   | -                     | 3                          | 3     |
| Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia    | -                   | -                     | (198)                      | (198)   | -                   | -                     | 236                        | 236   |
| Custos / despesas - doações   | -                   | -                     | (70)                       | (70)    | -                   | -                     | -                          | -     |
| Custos / despesas - serviços de treinamento de pessoal                | -                   | -                     | (2)                        | (2)     | -                   | -                     | -                          | -     |
| Despesas de prestação de garantias em dívidas                         | -                   | (238)                 | -                          | (238)   | -                   | 112                   | -                          | 112   |
| Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais         | -                   | -                     | (1.807)                    | (1.807) | -                   | -                     | 810                        | 810   |
| Receitas aeroportuárias   | -                   | -                     | -                          | -       | -                   | -                     | 18                         | 18    |
| Receitas de locação de espaços  | -                   | -                     | -                          | -       | -                   | -                     | 747                        | 747   |
| Receitas de aplicações financeiras                                    | -                   | -                     | 1.069                      | 1.069   | -                   | -                     | -                          | -     |
| Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas            | -                   | -                     | 1.207                      | 1.207   | -                   | -                     | -                          | -     |
| Repasse de custos e despesas - CSC                                    | -                   | (2.727)               | -                          | (2.727) | -                   | 1.710                 | -                          | 1.710 |
| Repasse de custos e despesas de colaboradores                         | 17                  | 1                     | (34)                       | (16)    | 47                  | -                     | -                          | 47    |

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 14 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

### 10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

|  | Imobilizado             |                   |                            |                   |
|--|-------------------------|-------------------|----------------------------|-------------------|
|  | Máquinas e equipamentos | Total em operação | Imobilizações em andamento | Total imobilizado |
| <b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>    | -                       | -                 | -                          | -                 |
| Adições                                  | -                       | -                 | 220                        | 220               |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>   | -                       | -                 | 220                        | 220               |
| Custo                                    | -                       | -                 | 220                        | 220               |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>   | -                       | -                 | 220                        | 220               |
| Adições                                  | -                       | -                 | 207                        | 207               |
| Transferências                           | 2                       | 2                 | (2)                        | -                 |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>   | 2                       | 2                 | 425                        | 427               |
| Custo                                    | 2                       | 2                 | 425                        | 427               |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>   | 2                       | 2                 | 425                        | 427               |
| <b>Taxa média anual de depreciação %</b> |                         |                   |                            |                   |
| Em 31 de dezembro de 2023                | 20                      |                   |                            |                   |

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e notas comerciais) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 0,58% a.a. e 7,96% a.a., respectivamente.



## 11. Intangível e infraestrutura em construção

|  | Intangível                             |                         |                                      |                   |                              |                     |
|--|--|-------------------------|--------------------------------------|-------------------|------------------------------|---------------------|
|  | Exploração da infraestrutura concedida | Sistemas informatizados | Sistemas informatizados em andamento | Total em operação | Infraestrutura em construção | Total do intangível |
| <b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>    | <b>551</b>                             | -                       | -                                    | <b>551</b>        | -                            | <b>551</b>          |
| Adições                                  | 34.752                                 | -                       | 776                                  | 35.528            | 14.719                       | 50.247              |
| Transferências                           | 10.000                                 | -                       | -                                    | 10.000            | (10.000)                     | -                   |
| Amortização                              | (779)                                  | -                       | -                                    | (779)             | -                            | (779)               |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>   | <b>44.524</b>                          | -                       | <b>776</b>                           | <b>45.300</b>     | <b>4.719</b>                 | <b>50.019</b>       |
| Custo                                    | 45.303                                 | -                       | 776                                  | 46.079            | 4.719                        | 50.798              |
| Amortização acumulada                    | (779)                                  | -                       | -                                    | (779)             | -                            | (779)               |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>   | <b>44.524</b>                          | -                       | <b>776</b>                           | <b>45.300</b>     | <b>4.719</b>                 | <b>50.019</b>       |
| Adições                                  | -                                      | -                       | 14                                   | 14                | 25.404                       | 25.418              |
| Transferências                           | 271                                    | 665                     | (665)                                | 271               | (271)                        | -                   |
| Amortização                              | (1.215)                                | (6)                     | -                                    | (1.221)           | -                            | (1.221)             |
| Outros                                   | (4)                                    | -                       | -                                    | (4)               | -                            | (4)                 |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>   | <b>43.576</b>                          | <b>659</b>              | <b>125</b>                           | <b>44.360</b>     | <b>29.852</b>                | <b>74.212</b>       |
| Custo                                    | 45.570                                 | 665                     | 125                                  | 46.360            | 29.852                       | 76.212              |
| Amortização acumulada                    | (1.994)                                | (6)                     | -                                    | (2.000)           | -                            | (2.000)             |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>   | <b>43.576</b>                          | <b>659</b>              | <b>125</b>                           | <b>44.360</b>     | <b>29.852</b>                | <b>74.212</b>       |
| <b>Taxa média anual de amortização %</b> |  |                         |                                      |                   |                              |                     |
| Em 31 de dezembro de 2023                | (a)                                    | 10                      |                                      |                   |                              |                     |

### (a) Amortização pela curva do benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 99 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 93 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e notas comerciais) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 0,58% a.a. e 7,96% a.a., respectivamente.

## Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

| Pampulha   | 27.274 |
|--|--------|
| Obras contratuais Fase 1A  | 2.167  |
| Obras contratuais Fase 1B  | 6.455  |
| Execução de drenagem e implantação de solução do sistema de águas pluviais | 18.652 |

## 12. Fornecedores

|  | 2023          | 2022         |
|--|---------------|--------------|
| <b>Circulante</b>                                    | <b>14.512</b> | <b>1.126</b> |
| Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a) | 14.022        | 1.093        |
| Cauções e retenções contratuais (b)                  | 490           | 33           |
| <b>Total</b>   | <b>14.512</b> | <b>1.126</b> |

(a) Refere-se, principalmente, aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e

(b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da





Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

## 13. Obrigações sociais e trabalhistas

|   | 2023       | 2022       |
|---|------------|------------|
| <b>Circulante</b>                                 | <b>930</b> | <b>755</b> |
| Salários e remunerações a pagar                   | 134        | 139        |
| Benefícios, gratificações e participações a pagar | 383        | 294        |
| Encargos sociais e previdenciários                | 134        | 119        |
| Provisão para férias                              | 279        | 203        |
| <b>Total</b>                                      | <b>930</b> | <b>755</b> |

## 14. Imposto de renda e contribuição a recolher e impostos e contribuições a recolher

|   | 2023         | 2022       |
|---|--------------|------------|
| <b>Circulante</b>                             | <b>1.643</b> | <b>882</b> |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b> | <b>-</b>     | <b>368</b> |
| IRPJ e CSLL                                   | -            | 368        |
| <b>Impostos e contribuições a recolher</b>    | <b>1.643</b> | <b>514</b> |
| ISS   | 886          | 97         |
| Cofins  | 294          | 215        |
| PIS, Cofins e CSLL retidos                    | 71           | 99         |
| PIS   | 63           | 46         |
| IRRF  | 9            | 11         |
| INSS retidos                                  | 320          | 46         |

## 15. Empréstimo

| Instituições financeiras     | Taxas contratuais | Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) | Vencimento final | Custos de transação incorridos | Saldos dos custos a apropriar | 2023          | 2022          |
|------------------------------|-------------------|---|------------------|--------------------------------|-------------------------------|---------------|---------------|
| Itaú                         | CDI + 2,2% a.a.   | 2,9773% (a)                                 | Julho de 2024    | 188                            | 46                            | 13.213        | 11.357 (b)    |
|                              |                   |   |                  |                                |                               | <b>2023</b>   | <b>2022</b>   |
| <b>Circulante</b>            |                   |   |                  |                                |                               | <b>13.213</b> | <b>-</b>      |
| Empréstimos e financiamentos |                   |   |                  |                                |                               | 13.259        | -             |
| Custos de transação          |                   |   |                  |                                |                               | (46)          | -             |
| <b>Não circulante</b>        |                   |   |                  |                                |                               | <b>-</b>      | <b>11.357</b> |
| Empréstimos e financiamentos |                   |   |                  |                                |                               | -             | 11.479        |
| Custos de transação          |                   |   |                  |                                |                               | -             | (122)         |
| <b>Total</b>                 |                   |   |                  |                                |                               | <b>13.213</b> | <b>11.357</b> |

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas



com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada; e

## Garantias:

(b) 100% aval/fiança corporativa da CCR.

A Companhia possui contratos financeiros de empréstimos com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos.

## 16. Nota comercial

| Série                    | Taxas contratuais | Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) | Vencimento final | Custos de transação incorridos | Saldos dos custos a apropriar | 2023          | 2022        |
|--------------------------|-------------------|---|------------------|--------------------------------|-------------------------------|---------------|-------------|
| 1a Emissão - Série única | CDI + 1,60% a.a.  | 1,7951% (a)                                 | Agosto de 2025   | 115                            | 97                            | 31.214        | - (b)       |
|                          |                   |   |                  |                                |                               | <b>2023</b>   | <b>2022</b> |
| <b>Circulante</b>        |                   |   |                  |                                |                               | <b>1.310</b>  | -           |
| Debêntures               |                   |   |                  |                                |                               | 1.311         | -           |
| Custos de transação      |                   |   |                  |                                |                               | (1)           | -           |
| <b>Não circulante</b>    |                   |   |                  |                                |                               | <b>29.904</b> | -           |
| Debêntures               |                   |   |                  |                                |                               | 30.000        | -           |
| Custos de transação      |                   |   |                  |                                |                               | (96)          | -           |
| <b>Total</b>             |                   |   |                  |                                |                               | <b>31.214</b> | -           |

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; e

## Garantias:

(b) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária indireta.

| Cronograma de desembolsos (não circulante) | 2023          |
|--|---------------|
| 2025                                       | 30.000        |
| (-) Custo de transação                     | (96)          |
| <b>Total</b>                               | <b>29.904</b> |

## 17. Riscos tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.



## 17.1. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui riscos relativos a questões tributárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

|              | 2023         | 2022     |
|--------------|--------------|----------|
| Tributários  | 5.296        | -        |
| <b>Total</b> | <b>5.296</b> | <b>-</b> |

## 18. Patrimônio líquido

### 18.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 53.648, composta por 53.648.411 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

### 18.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### 18.3. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da lei n.º 6.404/1976. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

### 18.4. Dividendo

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976).

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

|  | 2023         |
|--|--------------|
| Lucro líquido do exercício   | 5.516        |
| (-) Constituição de reserva legal  | 276          |
| <b>Lucro líquido ajustado</b>  | <b>5.792</b> |
| Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado        | 1.448        |
| Total de juros sobre capital próprio aprovados a pagar (líquido de IRRF) | 1.861        |
| <b>Total de juros sobre capital próprio</b>                              | <b>1.861</b> |

Em 31 de dezembro de 2023, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios devido a aprovação de juros sobre capital próprio a pagar.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18.5. Juros sobre capital próprio

Em 18 de dezembro de 2023, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 2.189, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 1.861, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 328, a serem pagos quando oportuno.

## 19. Receitas operacionais

|  | 2023           | 2022           |
|--|----------------|----------------|
| <b>Receita bruta</b>                                   | <b>56.286</b>  | <b>23.857</b>  |
| Receitas de construção (ICPC 01)                       | 24.955         | 4.577          |
| Receitas aeroportuárias                                | 30.121         | 18.901         |
| Receita de prestação de serviço de partes relacionadas | 1.210          | 379            |
| <b>Deduções das receitas brutas</b>                    | <b>(4.749)</b> | <b>(2.713)</b> |
| Impostos sobre receitas                                | (3.343)        | (2.063)        |
| Abatimentos  | (1.406)        | (650)          |
| <b>Receita operacional líquida</b>                     | <b>51.537</b>  | <b>21.144</b>  |

## 20. Resultado financeiro

|   | 2023           | 2022           |
|---|----------------|----------------|
| <b>Despesas financeiras</b>   | <b>(3.377)</b> | <b>(1.568)</b> |
| Juros sobre empréstimos e notas comerciais                              | (3.185)        | (1.545)        |
| Juros e variações monetárias sobre obrigações com o partes relacionadas | (238)          | (112)          |
| Capitalização de custos dos empréstimos                                 | 102            | 98             |
| Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros                      | (9)            | -              |
| Taxas, comissões e outras despesas financeiras                          | (47)           | (9)            |
| <b>Receitas financeiras</b>   | <b>3.126</b>   | <b>720</b>     |
| Rendimento sobre aplicações financeiras                                 | 2.929          | 641            |
| Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros                      | 15             | 49             |
| Juros e outras receitas financeiras                                     | 182            | 30             |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>                                     | <b>(251)</b>   | <b>(848)</b>   |

## 21. Instrumentos financeiros

### 21.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|   |              | 2023            | 2022            |
|---|--------------|-----------------|-----------------|
| <b>Ativo</b>  | <b>Nível</b> | <b>46.501</b>   | <b>19.327</b>   |
| <b>Valor justo através do resultado</b>             |              | <b>41.427</b>   | <b>15.354</b>   |
| Caixa e bancos                                      | Nível 2      | 27              | 11              |
| Aplicações financeiras                              | Nível 2      | 41.400          | 15.343          |
| <b>Custo amortizado</b>                             |              | <b>5.074</b>    | <b>3.973</b>    |
| Contas a receber                                    |              | 4.901           | 3.969           |
| Contas a receber de partes relacionadas             |              | 173             | 4               |
| <b>Passivos</b>                                     | <b>Nível</b> | <b>(31.161)</b> | <b>(13.873)</b> |
| <b>Custo amortizado</b>                             |              | <b>(31.161)</b> | <b>(13.873)</b> |
| Nota comercial                                      |              | (31.214)        | -               |
| Empréstimo (a)                                      |              | (13.213)        | (11.357)        |
| Fornecedores e outras obrigações                    |              | (14.646)        | (1.225)         |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas |              | (558)           | (667)           |
| Dividendos  |              | (2.370)         | (509)           |
| Obrigações com Poder Concedente                     |              | (374)           | (115)           |
| <b>Total</b>  |              | <b>15.340</b>   | <b>5.454</b>    |

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação

**Empréstimos e notas comerciais mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

|                  | 2023           |             | 2022           |             |
|------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
|                  | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Empréstimos (a)  | 13.259         | 13.369      | 11.479         | 11.809      |
| Notas comerciais | 31.311         | 26.963      | -              | -           |

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

## 21.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

### 21.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamento e nota comercial, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Risco  | Exposição em R\$ <sup>(3) (4)</sup> | Efeito em R\$ no resultado |                |                |
|--|-------------------------------------|----------------------------|----------------|----------------|
|  |                                     | Cenário provável           | Cenário A 25%  | Cenário B 50%  |
| CDI  | 44.570                              | (5.129)                    | (6.244)        | (7.355)        |
| <b>Efeito sobre os empréstimos e notas comerciais</b>  |                                     | <b>(5.129)</b>             | <b>(6.244)</b> | <b>(7.355)</b> |
| CDI  | 41.792                              | 2.965                      | 3.692          | 4.414          |
| <b>Efeito sobre as aplicações financeiras</b>          |                                     | <b>2.965</b>               | <b>3.692</b>   | <b>4.414</b>   |
| <b>Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)</b>    |                                     | <b>(2.164)</b>             | <b>(2.552)</b> | <b>(2.941)</b> |
| <b>A taxa de juros considerada foi <sup>(1)</sup>:</b> |                                     |                            |                |                |
|  | CDI <sup>(2)</sup>                  | 11,6500%                   | 14,5625%       | 17,4750%       |

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2022, divulgada pelo B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

## 22. Compromissos relativos à contrato de concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia:

|   | 2023           | 2022           |
|---|----------------|----------------|
| <b>Compromissos relativos à contrato de concessão</b> | <b>136.890</b> | <b>161.372</b> |

Os valores acima não incluem eventuais investimento contingentes e de nível de serviço.

## 23. Demonstração dos fluxos de caixa

### 23.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetam caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

|   | 2023            | 2022         |
|---|-----------------|--------------|
| <b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>    | <b>15.085</b>   | <b>802</b>   |
| Tributos a recuperar  | 4               | -            |
| Fornecedores  | 15.081          | 802          |
| <b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b> | <b>(15.085)</b> | <b>(802)</b> |
| Adições ao ativo intangível                                   | (15.081)        | (802)        |
| Outros de ativo intangível                                    | (4)             | -            |



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 23.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

|   | <b>Empréstimos<br/>e notas<br/>comerciais</b> | <b>Total</b>    |
|---|---|-----------------|
| <b>Saldo inicial</b>                                  | <b>(11.357)</b>                               | <b>(11.357)</b> |
| <b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b> | <b>(29.885)</b>                               | <b>(29.885)</b> |
| Captações (líquidas dos custos de transação)          | (29.885)                                      | (29.885)        |
| <b>Outras variações</b>                               | <b>(3.185)</b>                                | <b>(3.185)</b>  |
| Juros sobre empréstimos                               | (3.185)                                       | (3.185)         |
| <b>Saldo final</b>                                    | <b>(44.427)</b>                               | <b>(44.427)</b> |

## 24. Eventos subsequentes

Após a assinatura do Contrato de Concessão n.º 001/2022, foi assinado o 1º Termo Aditivo Contratual em 23 de fevereiro de 2024. O aditivo tem por objetivo sanar inconsistência encontradas na versão original do Contrato, como: (i) ajuste quanto à exigência do Programa de Segurança Aeroportuária, (ii) ajuste do início do período de obras, (iii) ajuste no Termo de Aceitação Definitiva e de Permissão de Uso de Ativos; (iv) ajuste na fórmula de reajuste da Garantia de Execução, (v) ajuste para a exigência de operação do Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio, (vi) ajuste na Tabela de "Prazo Limite" do término da Fase I-B, (vii) ajuste textual na cláusula de aplicação de penalidades; (viii) ajustes nos Quadros de Indicadores de Desempenho e (ix) ajuste no quadro de alíquota do valor da Outorga Variável de acordo com o desempenho no QID.

\*\*\*



## Composição do Conselho de Administração

|                            |                |
|----------------------------|----------------|
| Fábio Russo Corrêa         | Presidente     |
| Mônica da Cruz Lamas       | Membro Efetivo |
| Pedro Paulo Archer Sutter  | Membro Efetivo |
| Roberto Penna Chaves Neto  | Membro Efetivo |
| Waldo Edwin Pérez Leskovar | Membro Efetivo |

## Composição da Diretoria

|                           |                    |
|---------------------------|--------------------|
| Fábio Russo Corrêa        | Diretor Presidente |
| Rafael de Melo Laranjeira | Diretor            |

## Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti  
CRC 1SP190868/O-0 "S" MG